

AS CRIANÇAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DISCURSOS SOBRE “GERAÇÕES DO FUTURO” E APONTAMENTOS SOBRE UMA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO NA ÁREA

L'ÉDUCATION A L'ENVIRONNEMENT ET LES ENFANTS:
LES DISCOURS SUR “LES GÉNÉRATIONS FUTURES” ET DES
RÉFLEXIONS SUR UNE ÉVOLUTION POSSIBLE

CHILDREN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: SPEECHES
ON “THE FUTURE GENERATIONS” AND NOTES ON A POSSIBLE
CONTRIBUTION IN THE AREA

Vânia Roseane Pascoal Maia

Mestranda em Educação Ambiental no Programa de
Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA
vaniapascoal@gmail.com.

Carlos R. S. Machado

Professor da Universidade Federal do Rio Grande – FURG (Graduação
e Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA)
karlmac@ig.com.br

Resumo: O presente trabalho propõe uma discussão sobre os discursos feitos em torno das crianças como “projetos de futuro”, àquelas que a sociedade, a família e demais instituições teriam o intuito e o dever de preparar para tempos posteriores, sendo lembrados, portanto, como promessas e dependendo para isso, de “investimentos” programados. Junto a isso, trazemos as concepções também de natureza como um lugar que precisaria ser “preservado”, onde construiríamos “relações harmoniosas e equilibradas”, para o bem de todos e todas. Nossa hipótese de trabalho é de que o conteúdo e os processos de algumas produções e discursos, ao se colocarem como servindo a todos, em nome das futuras gerações e tendo a natureza/meio ambiente como sendo únicos e de responsabilidade partilhada, serviriam, de um lado, para produzir a ideia da existência de uma única perspectiva e visão, assim sem conflitos ou divergências de interesses; por outro lado, ao se realizar isso – enquanto produção simbólica – se estaria produzindo na prática a defesa e os interesses de uns poucos, ou seja, daqueles que falam (emitem o discurso) e que, ao desconsiderarem as diferenças relacionadas às crianças no presente, contextualizadas e pertencentes a uma determinada

classe, deixariam obscuras as raízes das desigualdades que geram disparidades sociais e econômicas, reproduzindo assim, através do discurso hegemônico e também, em alguns casos, adultocêntrico, as relações desiguais que sustentam a injustiça social e ambiental existentes na atualidade, tanto no Brasil quanto na cidade de Rio Grande.

Palavras-chave: Crianças. Infância. Educação ambiental. Justiça ambiental.

Résumé: Ce travail propose une analyse sur les discours qui prônent les enfants en tant qu'acteurs du futur". Des enfants qui la société, la famille et toute autre institution doivent préparer à un avenir différent et qui sont vus comme une génération promit cible des "investissements" sociétaux. Associé aux dits discours l'idée de la protection de l'environnement qui est assuré par des "rapports harmonieux et équilibrés" avec la nature. Nous croyons que les contenus et processus de certains discours que sont au nom de tous, et surtout des générations futures, donnent l'illusion d'une perspective unique sans divergences ou conflit d'intérêts. Cela occulte le processus symbolique qu'impose comme collectifs les intérêts d'un groupe, c'est-à-dire, de ceux qui prennent la parole (les créateurs des discours). En effaçant les différentes origines sociales des enfants ces discours oblitérent les racines des inégalités à la base des écarts socio-économiques et reproduisent, par la voix du discours hégémonique, les inégalités qui basent les injustices socio-environnementales de la ville du Rio Grande mais aussi du Brésil.

Mots clés: Enfants. Enfance. Éducation à l'environnement. Justice environnementale.

Summary: This paper proposes a discussion of the speeches that addresses children as "future projects", those that society, family and other institutions have the intention and duty to prepare for later times, being remembered, so as promises and depending for that, "investments" programmed. Furthermore, we bring the concepts of nature as well as a place that needed to be "preserved", were to rebuild "balanced and harmonious relations" for the good of everyone. Our hypothesis is that the content and processes of some productions and speeches, while assuming the position of serving all, on behalf of future generations and with the nature / environment as unique and shared responsibility, produce the idea of having a unique perspective and vision, so no conflicts or differences of interests. Moreover, when accomplish this - while symbolic production - their effective action practice the defense and the interests of a few. This means, those who speak (speech issue) and that by disregarding the differences related to the children in the present, contextualized and belonging to a particular class, contribute to obscure the roots of inequalities that generate social and economic disparities, thus reproducing, through hegemonic discourse and also, in some cases, "adultcentered" (selfishly centered on the adult), unequal relations that sustain social and environmental injustice exist today, in Brazil, as in the city of Rio Grande.

Keywords: Children. Childhood. Environmental education. Environmental justice.

Introdução

As questões que envolvem as crianças e conseqüentemente esta fase denominada infância têm ao longo do tempo ganhado espaço e lugar nas

discussões governamentais, nos discursos das empresas, da mídia e nas políticas públicas para a cidade¹. Contudo, tal personagem é ainda poucas vezes convidada a participar das decisões e construções dos espaços aos quais lhes dizem respeito, e isso inclui os discursos, como também os conteúdos e proposições expostos. Podemos dizer que, junto aos enunciados de “progresso” e “sustentabilidade” ecoados por todos os lados, outros temas que envolvem esse grupo geracional vêm sendo construídos e pensados por diversos atores sociais (Fundação Abrinq; “A criança e o futuro do planeta”; “Projeto Trilhas”; Instituto Natura; “Criança Esperança”; Projeto Criança Feliz², entre outros em demais espaços).

Obviamente, interesses e perspectivas diferentes estão em jogo e para a construção/consolidação de concepções e ideias verificamos, muitas vezes também, propagandas, discursos políticos, programas televisivos, personagens influentes e outros artifícios pensados e colocados para estes fins.

Diante disso tudo, e somado aos debates recorrentes das crianças enquanto projetos de “futuro do planeta”, gerações que devemos cuidar e preparar para um tempo posterior, são disseminados também estímulos a uma possível união em benefício do que seria o “bem” de todos e todas, e através de propagandas nas diversas mídias (internet, televisão, revistas, rádio etc.), nas escolas e em outras instituições, o apelo é para que as pessoas economizem água, reciclem seus lixos, troquem as sacolas plásticas por outras “ecologicamente corretas”, diminuam o uso dos carros individuais... Tudo em uma concepção e discurso de “salvar o planeta” e, assim, preservar o lugar que irão ocupar as futuras gerações, isto quer dizer, as crianças de hoje³. No entanto, diríamos que predomina nestes discursos uma ideia de homogeneidade: as crianças são pensadas como iguais! Há, portanto, uma idealização universal dos sujeitos e eles são apresentados independentes dos diversos contextos possíveis das múltiplas infâncias, da diversidade desse grupo geracional e das desigualdades a que estão expostas a maioria das crianças. Assim, como grupo homogêneo, eles teriam, portanto, as mesmas necessidades, ocupariam o mesmo espaço no planeta e, finalmente, seriam “felizes” se colaborassem com a preservação e conservação deste meio em que estão imersas.

No relacionado ao contexto ou ao “pano de fundo”⁴ dos discursos sobre as crianças, compreendemos ser necessário destacar que partimos de um contexto (in)sustentável no presente, pois, além da infância ser um tempo atual e passageiro, ainda que se apontem sempre para os tempos que virão, as diversas crianças existentes vivenciam de forma diferente e cotidianamente as consequências da insustentabilidade dos tempos atuais. Neste sentido, e na trilha de Henri Acselrad, que fez um resgate do

movimento iniciado nos Estados Unidos na década de 1980 por *justiça ambiental* (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009), concordamos que há injustiças na forma de como os “danos ambientais” são distribuídos pela população, onde verifica-se uma vulnerabilidade da parcela mais pobre, e aqui obviamente também estão incluídas as crianças a essa situação⁵:

Se há diferença nos graus de exposição das populações aos males ambientais, isso não decorre de nenhuma condição natural, determinação geográfica ou casualidade histórica, mas de processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental. Esses efeitos desiguais ocorrem através de múltiplos processos privados de decisão, de programas governamentais e de ações regulatórias de agências públicas. Processos não democráticos de elaboração e aplicação de políticas sob a forma de normas discriminatórias, prioridades não discutidas e vieses tecnocráticos, via de regra reproduzem consequências desproporcionais sobre os diferentes grupos sociais. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 73).

Neste sentido, para buscarmos compreender o significado de justiça ambiental, amparados nos estudos de nossos referenciais, dizemos que seria um processo que resultaria na possibilidade de todos os sujeitos terem acesso a uma vida digna, para que pudessem usufruir de um meio ambiente seguro, limpo, justo economicamente e onde fossem também respeitadas as diversas formas de vida, bem como a organização social das diferentes populações.

Dessa forma, Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 41) falam em práticas, em se tratando de justiça ambiental, que

Asseguram que nenhum grupo social seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, decisões políticas e programas federais, estaduais e locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais, a destinação de rejeitos e a localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; favorecem a constituição de sujeitos co-

letivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade de seu uso.

E definem *injustiça ambiental* como

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 41).

A partir destas concepções e defesas, fundamentamos o nosso estudo, buscando, assim, discutir neste contexto as diferentes formas de infâncias que podem se apresentar. Ainda mais, trazemos o questionamento a uma aparente infância universal, um modo único de ser criança. Entendemos, assim, que não se pode ter uma unicidade vivendo em uma sociedade diversa, desigual e com possibilidades de acesso a bens e direitos desproporcionais.

Em se tratando de moradia, por exemplo: para os bairros centrais, de classe média e que abrigam os moradores com maiores rendas, o que se constata são maiores possibilidades também de lazer, mobilidade, segurança, escolas e espaços verdes; para os bairros operários e periféricos, as construções decadentes, saneamento básico e serviços de saúde, educação e lazer precários, insuficientes ou ainda inexistentes (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Há ainda muito que se questionar quando ouvimos enunciados de desenvolvimento econômico e um aparente progresso que, em princípio, se apresentam como agentes beneficiadores de toda a população. Nesse sentido e contexto, a cidade do Rio Grande (RS, Brasil), localizada no extremo sul do país, vem, em decorrência do porto oceânico e do polo naval, tendo destaque nas políticas federais, tanto por ser um grande escoadouro da produção do agronegócio e industrial da região sul como também por ter sido constituída como uma área de produção de plataformas de petróleo, no decorrer dos últimos anos. Diante disso, a transformação da natureza e da riqueza produzida vem sendo ampliada significativamente e junto a ela, inevitavelmente, os conflitos urbanos e socioambientais na cidade e na região.

Em relação a essas questões, o Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, coordenado pelo professor Dr. Carlos Machado e que, desde 2010, vem se constituindo como um importante espaço de mapeamento, banco de dados e sistematização de notícias veiculadas pela mídia impressa⁶, tem buscado discutir os reflexos do dito crescimento econômico e das “oportunidades” alardeadas pela cidade. Assim, algumas notícias mapeadas nos anos de 2011 e 2012, a partir de manifestações públicas expressas nos jornais da região, apontam, por exemplo, para uma configuração na cidade de uma injustiça ambiental (SANTOS; MACHADO, 2012), onde podemos dizer que as riquezas produzidas, bem como os impactos negativos advindos do Polo Naval e das atividades portuárias, não estão sendo distribuídas de forma equânime entre todos os envolvidos, embora os discursos anunciados sejam o de “progresso”, “cidade do futuro” e “melhoria para todos”. Dessa maneira, diríamos ainda que, na própria história pregressa da cidade e da região, a apropriação das terras e as áreas melhores localizadas, com melhores infraestruturas têm sempre sido destinadas aos pequenos grupos dominantes; e ainda, as políticas públicas dos últimos 16 anos têm estado “nas mãos” e em benefício de pequenos grupos, com mais poder de decisão, influência e riqueza na região (MACHADO, 2012, relatório de pesquisa CNPq).

Portanto, compreendendo como configurado um quadro de injustiça ambiental na cidade do Rio Grande, entendemos a necessidade de se fazer uma reflexão crítica sobre o espaço reservado à infância, ou ainda, às gerações futuras no presente em que estão inseridas.

Sabemos, também, que muito ainda há para se construir e consolidar em se tratando destes temas (crianças, meio ambiente, educação ambiental), bem como a relação estabelecida entre eles. Sendo assim, é por isso que, em um projeto de pesquisa no Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGA da Universidade Federal do Rio Grande – FURG⁷, estamos buscando aprofundar e contribuir para/ com tais reflexões.

Dessa forma, pretendemos neste trabalho dar alguns passos no debate teórico-acadêmico e identificar/discutir as possíveis relações entre infância e meio ambiente na produção acadêmica, levando em consideração também a sociologia da infância. Como alguns dos pontos de partida, temos: a produção da sociologia da infância considera em suas reflexões o meio ambiente e/ou a educação ambiental? A educação ambiental, em sua produção, considera em suas reflexões, a infância? Quais suas contribuições e limites, desde a perspectiva da justiça ambiental? E como um

estudo neste sentido pode contribuir para que a justiça ambiental venha considerar, em suas reflexões, a infância? É o que desenvolveremos nas partes seguintes.

Quem são as gerações futuras, no presente, que se quer preservar?

A Revista *ISTOÉ* publicou, em sua edição de 22 de junho de 2012, uma matéria sobre a Conferência das Nações Unidas (ONU), a chamada Rio+20. Na matéria se destacam as manifestações de importantes líderes e representantes mundiais, como o Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Esse, ao referir-se às gerações futuras, coloca: “A era em que cada chefe de Estado pensava apenas em seu próprio país já se acabou. Nosso mundo está interconectado e nossos líderes precisam pensar como cidadãos globais”, convocando governos, empresas, agricultores, cientistas, sociedade civil e consumidores a participar do desafio de preservar o planeta para gerações futuras.

Caberia destacar, então, quem seriam as gerações do futuro? As gerações futuras, nós sabemos, são as crianças do presente. E como estariam vivendo tais crianças – infância, em nossa perspectiva – na atualidade, em seus contextos concretos? Bem como, quais são os discursos que fazem sobre elas? Já nos referimos no item anterior a estas questões, mas caberia aqui avançar na relação da infância com este meio ambiente que querem preservar para elas, a falada geração do futuro.

Os discursos sobre as crianças, enquanto “gerações do futuro”, são combinados também com proposições de prepará-las para tal momento, desde várias perspectivas, como escolas, mídia, programa de governo etc. Assim, em se tratando de uma perspectiva da educação ambiental, o apelo feito é para que elas sejam “conscientizadas” e que colaborem com a preservação e conservação deste lugar, fundamentados, nesses casos, numa concepção do que estaria por vir, no futuro do planeta. Tais discursos, como já afirmamos, ignoram que a infância, condição de toda a criança, se faz no momento presente, portanto, não pode ser programada, nem pensada para depois. As gerações do futuro são as crianças do presente que não têm sido atendidas em seus direitos estabelecidos de forma institucional e legalmente, e ainda, a educação ambiental, como coloca Loureiro (2004, p. 79) “[...] não se refere exclusivamente às relações vistas como naturais ou ecológicas como se as sociais fossem a negação direta destas [...] mas sim

a todas as relações que nos situam no planeta e que se dão em sociedade – dimensão inerente à nossa condição como espécie”. Desta maneira, a EA corresponde também à constituição e organização dos espaços, ao acesso ou não ao que é produzido, ao cumprimento ou descumprimento de leis e direitos... Portanto, é algo mais profundo e que tem como um dos seus principais papéis, em nosso entendimento, o questionamento do modelo de desenvolvimento atual e, nele também, o lugar das crianças, a partir, inclusive, das suas proposições, o que implica em ir além de concepções desenvolvidas de “conscientizá-las”, limitando-as e ignorando as suas capacidades de reflexão e posicionamento.

No sentido ainda de estarem as crianças excluídas de alguns processos de decisão ou de serem, também, as maiores afetadas pelas desigualdades e descasos sociais, trazemos um minucioso estudo (WAISELFISZ, 2012) que aponta para a situação desse grupo, enquanto também maiores vítimas da violência, revelando dados que comprovam que as causas naturais de mortes vêm caindo, dando lugar aos homicídios, em uma marca de 13 para cada 100 mil habitantes da população de crianças e adolescentes no nosso país. Neste mesmo estudo, o diretor internacional da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque, destaca que o que mais preocupa é a “naturalização” como o tema vem sendo tratado. Roque expõe que

O Brasil convive, tragicamente, com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social... Isso ocorre devido a certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino desses jovens já estava traçado. (WAISELFISZ, 2012, p. 79)

Isto porque as maiores vítimas da violência são também as crianças mais pobres, de lugares mais carentes e regiões mais desamparadas (WAISELFISZ, 2012). Então assim, ressaltaríamos que as gerações futuras, enquanto afirmação universal sem especificação da diversidade e desigualdade de atores que a compõem e sem questionar ou explicitar a forma desigual de como alguns se apropriam da riqueza e outros dos impactos negativos das transformações sócio-metabólicas (Marx), teriam muito mais o objetivo de ser indicador de um produto da produção simbólica das classes dominantes do que realmente ser preocupação efetiva sobre a infância atual, “realmente existente”.

Deste modo, quando nos referirmos então às escolas e instituições de ensino, onde cada vez mais se apregoa um discurso sobre a importância de estarem as crianças e os jovens inseridos nestes espaços (Bolsa família, Brasil Carinhoso, “Todos pela Educação”, “Projeto crescer aprendendo” etc.), podemos questionar e problematizar sobre a qualidade desses espaços, como fez Machado (2011) argumentando que não bastam serem as crianças “depositadas” em espaços formais de ensino, lugares onde muitos acreditam que a principal função das crianças, em se tratando de educação ambiental, é o de serem “conscientizadas” e preparadas para o futuro. Portanto, é preciso que se problematize a qualidade desses lugares e que ainda seja levado em consideração o que pensam/falam as próprias crianças sobre o tema.

Já sobre os discursos de “preservação do planeta”, “consumo consciente”, crianças e publicidade, a Revista *ISTOÉ Negócios*, de abril de 2010, traz a campanha da empresa *Cartoon Network*, que procurou adaptar os temas da sustentabilidade e combate à violência à sua grade televisiva. Os assuntos em questão têm gerado muitas discussões e, principalmente, o tema violência que tem sido uma preocupação relevante e constante dos pais e responsáveis pelas crianças que consomem a programação do referido canal:

“Nós sabemos qual é a nossa responsabilidade e o quanto influenciemos as crianças”, diz à [revista] DINHEIRO, Barry Koch, vice-presidente sênior e diretor-geral do Cartoon Network na América Latina. O executivo diz que uma mudança na postura da empresa está a caminho. O primeiro passo já foi dado: uma parceria que acaba de ser firmada com a Unicef intitulada Movimento Cartoon. Durante três anos, o canal abrirá espaço em seus comerciais para que a organização veicule campanhas contra bullying (violência nas escolas), a favor da preservação do ambiente, do consumo consciente e da valorização de atividades físicas. Só em espaço na grade, o Cartoon vai ceder o equivalente a US\$ 7 milhões. Os temas foram escolhidos com base em pesquisas conduzidas pelo canal e pela Unicef junto a crianças e pais.

No momento, portanto, em que os interesses e os “negócios” das empresas estão ameaçados, isto quer dizer, quando os seus produtos podem não corresponder às expectativas dos consumidores ou quando não acompanham os apelos nacionais e internacionais (questões étnicas, discussões consideradas relevantes, definição atual do que seja “politicamente corre-

to” etc.), estratégias são desenvolvidas para que as instituições continuem sendo beneficiadas e mantenham seus consumidores e lucros preservados. Como um discurso em moda, aqui, nesse caso, ressalta-se a preocupação com o meio ambiente e as relações comportamentais, cria-se uma imagem publicamente aprovada e também socialmente aceita. (*“A vida não é desenho animado, chega de bullying!”; “A vida não é desenho animado: não coma em excesso!”; “Água é para todos: Economize!” “A vida não é desenho animado: Faça exercícios regularmente!” “A América Latina possui 35 % da água de todo o mundo. Para garantir que os nossos futuros filhos terão água suficiente para beber e lavar, precisamos diminuir o uso diário. Comece tomando banhos rápidos e fechando a torneira quando for escovar os dentes...”*)⁸.

Assim, ainda nesse mesmo contexto, quando se transfere a responsabilidade de preservação do meio ambiente para o indivíduo, como fazem os comerciais veiculados, parte-se para a busca por soluções isoladas, omitindo as raízes dos problemas socioambientais e produzindo um movimento interno, restrito a cada espaço ocupado pelos sujeitos, como se estes não vivessem e fizessem parte de um todo maior, que está interligado a outros fatores e por isso, também, não deveria ser pensado isoladamente, junto a uma única medida e alternativa.

Nos dias atuais, fala-se em nova geração, em preservação do planeta, mas o que escamoteiam é que seja qual for o futuro do planeta, não se dará de forma igual para todos os sujeitos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009), assim como no presente as formas de vida são desiguais e contrastantes. Como exemplo, segundo Tomás (2006, p. 2-3), temos:

Milhões de crianças em todo o mundo são vítimas de fome; 12 milhões de crianças (com menos de 5 anos) morrem anualmente (1998) de doenças curáveis (Unicef 2000 cit in Santos, 2001:41); milhões são vítimas de misérias, maus-tratos, negligência, pedofilia, abusos psicológicos, pobreza, exclusão, extermínio e por aí em diante... Perante a cultura da impunidade e dos interesses econômicos, sob os quais determinadas elites têm permanecido acima da justiça e da lei.

Esses dados revelam a situação de descaso e as consequências políticas de um sistema que para se manter e se perpetuar precisa conservar contradições nas formas de vida da população e, ainda com isso, produzir um discurso de igualdade de oportunidades, de “paz” e “união”, na tentativa de garantir que os seus interesses não sejam ameaçados.

Euclides Redin e Vital Didonet (2007, p. 31) vão sustentar que

Não se pode deixar que a expansão da cidade seja determinada apenas pelo modelo econômico; é preciso fazer esforços para dotá-la de meios que atendam às várias dimensões da vida de seus habitantes e, em especial, que garantam uma infância feliz.

Esses autores apresentam no trabalho citado, as “cidades educadoras”⁹, que são aquelas que cumprem alguns requisitos básicos para assim serem reconhecidas. Diante disto, os lugares que recebem este título baseiam-se, sobretudo, na Declaração dos Direitos das Crianças e em outras convenções e leis, como também no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tais autores explicam ainda que uma “*cidade amiga da criança*” precisa levar em consideração o que esses sujeitos pensam, suas necessidades básicas e o respeito aos seus direitos e às suas formas de vida.

Dentro desta concepção de cidades comprometidas com o desenvolvimento pleno dos seus habitantes, que respeite os que ali vivem e inclusive as crianças, compreendemos que se faz necessário lutar para que outros lugares adotem esse estilo e formas de conduta, e ainda, que os espaços e benfeitorias existentes nessas cidades possam ser abrangidos para todos os seus moradores, pois o que vemos e tem sido constatado nas mesmas é que para os mais pobres e com menos força coletiva, ficam sempre os piores serviços e oportunidades (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Por isso a importância de pesquisas que levem em consideração as condições de vida da população e as injustiças ambientais:

São recentes no Brasil as pesquisas que buscam examinar, na forma de indicadores, a coincidência entre áreas de degradação ambiental e locais de moradia de populações despossuídas. Decerto não poderia ser diferente, considerando-se que o pensamento ecológico hegemônico assim como parte importante da pesquisa realizada no campo acadêmico não tem operado com a articulação entre condições ambientais e condições sociais. De qualquer forma, como expressão da própria visibilidade crescente das lutas contra a injustiça ambiental, pode-se observar um progressivo engajamento, seja em universidades, seja em órgãos de pesquisas governamentais, em investigações que procuram evidenciar a desigualdade ambiental que realmente existe. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 47).

Enfim, pensar a configuração das injustiças ambientais nas cidades, tendo as crianças como mais um grupo capaz de posicionamento e con-

siderações é o que o nosso trabalho vem defender e acreditar, apostando, para isso, no diálogo, nas diversas expressões que esses sujeitos apresentam e na constituição e consolidação de um campo sólido para temas como infâncias, crianças e participação efetiva do grupo citado nas decisões sociais.

A sociologia da infância e o pensar com as crianças a cidade/sociedade

A sociologia da infância surge e vem se constituir como forma de contestação à visão da sociologia tradicional, de Émile Durkheim, e também de outros que de forma explícita ou por outros motivos, corroboram com a visão de dominação dos adultos sobre as crianças. Concordamos, assim, que possa haver questões comuns a esse grupo geracional¹⁰, mas diríamos também que existem especificidades que os diferenciam consideravelmente e que se refletem no que é propiciado para determinados grupos e suas famílias.

Assim dizemos: os sujeitos que fazem parte da cidade e que dependem exclusivamente dos serviços públicos (aqui nos referimos às crianças, filhas de trabalhadoras e trabalhadores assalariados, bem como às suas famílias), que na maioria das vezes têm acesso a subempregos e contam com serviços básicos como educação, saúde, transporte, moradia e lazer precários ou até com a ausência de alguns, se não, da maioria desses, têm desigual acesso aos meios e bens produzidos pela sociedade se comparados a outros grupos sociais.

Detendo-nos ainda às crianças em suas constituições ao longo dos tempos veremos que os infantes estiveram (e muitas vezes ainda estão), no grupo dos considerados “sem vozes” (“enfants”), projetos de futuro, os que ainda serão algo algum dia, dependentes...

Suzane Domingues (2009) já havia mostrado, pelas falas das crianças num bairro popular da cidade, que as políticas de lazer naquele lugar eram insuficientes (ou inexistentes) para atender as necessidades das crianças e adolescentes que ali viviam. Em um trabalho que levou em consideração o que pensavam e diziam as crianças sobre os ambientes de lazer no bairro Castelo Branco II, situado na cidade de Rio Grande (RS), a pesquisadora identificou, através de entrevistas com as crianças, conversas e outros recursos (desenhos, brincadeiras...), a concepção desses sujeitos, que relataram a ausência de lugares específicos para esporte, lazer, encontros coletivos (como praças e quadras esportivas). Mas também, identificou a

autora, é importante dizer que isto não significa uma inexistência de brincadeiras ou momentos de diversão, visto que as mesmas criavam formas de encontros infantis e criavam estratégias para o entretenimento no bairro. Fato obviamente que não diminui, nem compensa a ausência do poder público no referido lugar.

Em 2012, em um trabalho que fizemos junto às crianças da escola CAIC-Rio Grande, que resultou também em uma mostra fotográfica¹¹, constatamos, através da manifestação do próprio grupo infantil, que o espaço destinado a eles, moradores de bairros periféricos desta cidade, tem se traduzido em descaso e na pouca importância com as suas necessidades básicas (falta de saneamento, inexistência de espaços de lazer apropriados, moradias precárias, transporte insuficiente, lixões a céu aberto etc.) (MAIA, 2012a).

Portanto, assim como muitos outros grupos tradicionalmente excluídos (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc.) (MAIA, 2012a), as crianças, na maioria dos casos, estão numa situação de subserviência, seja pela dependência que obviamente a pouca idade os dá (embora compreendamos que nenhum outro grupo geracional, nenhum sujeito seja autossuficiente); seja pelo reconhecimento tardio (na maioria dos casos) de suas importâncias e capacidades criadoras e de decisão. Entendemos assim que as realidades das crianças e suas relações nos grupos sociais em que estão imersas, bem como no contexto mais amplo, devem ser consideradas.

Outro ponto que queremos salientar também é que não deveríamos nos limitar apenas à nossa perspectiva, agindo como se nós, os adultos, tivéssemos toda a certeza de tudo o que as crianças querem e desejam. Desse modo, seria preciso e necessário, trabalhar junto a esse grupo, considerando os seus posicionamentos, sentidos e suas capacidades criadoras, levando em conta, principalmente, os cenários de disparidades e contradições das formas de se viver essa fase denominada infância. Assim, se de um lado identificamos a configuração de injustiças ambientais nas cidades, de outro, os mesmos sujeitos das infâncias têm sido o mote para os discursos de salvação do planeta, em uma propagação de que serão eles, a “geração do futuro”, que as empresas, o governo e a “sociedade” buscarão preservar e adaptar para seus interesses. Neste ponto também, uma escuta atenta ao grupo e o incentivo às suas participações e posicionamentos podem apontar uma ou outras perspectivas, que venham, inclusive e possivelmente, a contradizer os discursos hegemônicos.

Sendo assim, na perspectiva da sociologia da infância, as crianças são sujeitos capazes de contribuir nas decisões que emergem do contexto e práticas em que estão inseridas, pois como parte do presente, estão locali-

zadas em determinada cultura, interagem com os seus pares e constroem, reproduzem e reconstróem significados e significações.

Abramowicz (2011), citando também Orlandi, diz que não é uma defesa das crianças enquanto sujeitos “especiais” ou “mais importantes” que os demais na sociedade, mas de que seus pontos de vista, a partir de seus lugares, é que devem ser considerados e respeitados. Assim, ela coloca:

É importante destacar que não há algo na fala das crianças que seja excepcional ou diferente (apesar de que pode casualmente haver), mas a criança ao falar faz uma inversão hierárquica discursiva que faz falar aquelas cujas falas não são levadas em conta, não são consideradas. Isso significa que não precisamos quando pesquisamos com crianças fazer esforços imensos de interpretação, buscando os sentidos ocultos ou desvelamentos surpreendentes, o que vale é a inversão e o esforço de ir ao encontro de uma certa “lei da raridade”. Foucault fala em “efeito de raridade” e que a interpretação é uma maneira de compensar a realidade, já que na realidade, poucas coisas são ditas (ORLANDI, 1987). A criança falar, não é pouca coisa. (ABRAMOWICZ, 2011, p. 24).

Concordamos com Abramowicz quando ela argumenta que “*não é pouca coisa* a criança falar”, e compreendemos ainda que a sociologia da infância se destaca como fundamental enquanto perspectiva, pois tem nas suas contribuições e problematizações o destaque à necessidade política de se “dar” voz a estes personagens. Nós acrescentamos, ainda, como fundamental no contexto de injustiças socioambientais, a importância da evidenciação das vozes dos sujeitos duplamente excluídos¹².

A sociologia da infância, através de seus autores, nos embasa para que equilibremos as relações de poder estabelecidas com as crianças. Neste sentido, Delgado (2007, p. 112) compreende que “[...] nas pesquisas com crianças, a ética assume uma papel preponderante, uma vez que as diferenças de poder entre adultos e crianças podem assumir proporções muito desiguais”; Sirota (2001, p. 19) diz que “as crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir”; Tomás (2009, p. 2.532), amparada por Boaventura de Souza Santos (2003), fala da importância da participação das crianças no debate mais amplo sobre a “*democratização da democracia*” e argumenta que, para isso, “[...] no esforço de alargar o exercício da cidadania a grupos sociais que tradicionalmente se encontravam à margem, reivindica-se [...] a cons-

trução de uma cidadania que considere o grupo geracional das crianças, reafirmando a sua condição de actores sociais”. Acrescentamos, assim, a esses estudos a necessidade do uso das vozes e proposições das crianças para uma discussão sobre as realidades dos sujeitos, para que sejam evidenciadas as contradições e os conflitos existentes e os problemas na cidade no contexto de injustiça ambiental e social. Como exemplifica Machado (2011), vivemos em sociedades com classes sociais antagônicas e podemos residir na mesma cidade, mas usufruir de forma diferente e desproporcional dos serviços que ela dispõe.

Portanto, entendemos que, ao se buscar compreender a lógica da dupla exclusão dos sujeitos e ao apostarmos nas investigações a partir do posicionamento das próprias crianças, poderemos dar oportunidade para que vozes tradicionalmente excluídas sejam trazidas para o debate, em um movimento que vai contra a conformação e o mascaramento da desumanidade do sistema atual e das injustas formas de decisão e de poder postos na sociedade.

Nesta discussão, podemos destacar o passo fundamental que a sociologia da infância dá quando vem buscando firmar posições e defesas das crianças enquanto mais um grupo de possibilidades e capacidade de ações. Sobre isso, temos que

A sociologia da infância traz em seus movimentos inversões interessantes, novos/outros agenciamentos, novos pesquisadores, novas perspectivas sobre as crianças, um outro olhar, um movimento contra o adultocentrismo, contra o colonialismo, entre outros. A fala da criança é uma inversão nos processos de subalternização, é um movimento político. Já sabemos que são os adultos quem falam das/sobre as crianças e que isso faz parte de uma das linhas do processo que chamamos de socialização. É o adulto quem fala na nossa hierárquica ordem discursiva. (ABRAMOWICZ, 2011, p. 24).

Sendo assim, acreditamos que, a partir dos processos que podem acontecer durante e como consequência das vozes das crianças, poderemos identificar, desde suas perspectivas (pontos de vista), a forma como a injustiça ambiental ao qual nos referimos neste trabalho é replicada, indo além do que costumamos ver, que é a consideração somente das contribuições e pontos de vista dos adultos. Portanto, defendemos, a partir da sociologia da infância, o entendimento desse grupo geracional enquanto seres sociais e sujeitos ativos; para tanto, defendemos que pesquisas acadêmicas e refle-

xões teóricas nessa perspectiva oportunizem a publicização das vozes e, em especial, aquelas excluídas e expostas às contradições e desumanidades do nosso sistema.

Problematizando a educação ambiental tradicional

No Brasil, a educação ambiental (EA) começou a ser difundida em meio à época repressiva dos anos de 1960, ou seja, na Ditadura Militar. Conforme retrata Loureiro (2004, p. 75-76), presenciava-se uma

[...] ação governamental que primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo/político, favorecendo a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, ambos desvinculados dos debates sobre modelos societários como um todo.

Não significa, porém, dizer que esta visão está superada, como afirma Loureiro (2004); mas, a partir desta constatação, podemos, além de identificar as origens do tema, localizar-nos quanto às possíveis práticas, posicionamentos e ações referentes ao mesmo.

Diante disso, podemos dizer que não há uma única forma de se conceber a EA, visto que seus conceitos e ações farão parte de um posicionamento ideológico, característico de convicções, escolhas e ações de determinados grupos sobre o meio em que vivem, e é neste sentido que alguns autores vêm buscando, como destaca Isabel Carvalho (2004), a consolidação de conceitos, definição de práticas e a produção de ações que possam traduzir especificidades e singularidades no campo. Para esta autora, a EA tem como intuito colaborar

[...] para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, [tem] um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental. (CARVALHO, 2004, p. 18-19).

Dessa forma, Carvalho (2004) entende que os sujeitos e a sociedade, como um todo, fazem sentido quando são pensados em relação. Assim,

colocamos: se para a EA tradicional, herdeira de um tipo de concepção fragmentadora, conservadora e não dialética, o que vai contar são apenas ações isoladas e individualistas, em uma educação considerada crítica, as ações deverão ser fundamentadas, levando em consideração as relações que se estabelecem na sociedade, fazendo-se necessário o questionamento ao modelo societário atual e às injustas formas de se viver neste planeta. Quanto a isso, Loureiro (2012), em uma entrevista on-line para a Revista Pátio¹³, vai argumentar que

[...] o que gera os processos de injustiça ambiental são os mesmos processos que geram a injustiça social. Os grupos sociais que vivem vulneráveis, sob risco, do ponto de vista ambiental, não estão nessa situação por acaso, mas porque são socialmente colocados em uma condição de exclusão.

Deste modo, percebemos que é nesses entrelaçamentos e problematizações que vão acontecendo que a EA considerada crítica vai firmando posições, que indicam a não casualidade das diversas formas de usufruto do meio ambiente, bem como a necessidade de consideração e respeito por outras diversas formas de organização e cultura, compostas por populações tradicionais, que na maioria das vezes têm seus conhecimentos e práticas menosprezadas, “em nome” de um saber considerado único e portador de legitimação. Sobre isso, Loureiro (2012), na entrevista em que citamos a pouco, retrata o que seria para ele uma sociedade “ecologicamente viável” e reconhece a importância dos grupos que têm uma organização diferente da estabelecida na sociedade de mercado, por compreender assim que àqueles podem representar formas alternativas de organização social e uma contra-posição à lógica estabelecida. Para ele,

A alternativa para uma sociedade ecologicamente viável passa pelo reconhecimento das lutas sociais de grupos que historicamente foram excluídos do âmbito do capitalismo e que apresentam em sua forma de viver, em termos econômicos e culturais, uma alternativa não mercantil. Grupos como quilombolas, caiçaras e seringueiros têm um modo de se organizar, de se relacionar com o mundo e de produzir que é diferente da lógica de acumulação e destruição progressiva na qual vivemos. São grupos ecologicamente relevantes, com os quais podemos aprender, não porque sejam “bonzinhos” no sentido moral, mas porque mostram uma alternativa social ao que está aí. Aliás, esta é uma

atribuição importante da educação ambiental: desnaturalizar essas verdades consolidadas que tendemos a encarar como únicas.

Assim também, vários órgãos, sujeitos e grupos organizados têm sido agentes na luta por outras formas possíveis de organização e/ou ainda pelo evidenciamento de conflitos, desmascaramento de injustiças, apoio e proposição de diálogos sobre os diversos saberes. Carvalho (2004, p. 21) vai citar os educadores que trabalham com o “cotidiano escolar e não escolar”; em outro trabalho (CARVALHO, 2011), a autora comenta a importância do trabalho possível dos professores, agricultores, ONGs, grupos religiosos e da Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Loureiro (2004, p. 67), em se tratando de agentes, reconhece a importância dos “[...] educadores, principalmente os envolvidos com educação popular e instituições públicas de educação [...], militantes de movimentos sociais e ambientalistas com foco na transformação societária e no questionamento radical aos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo” e, em seu livro (2011), retrata a importância dos movimentos sociais e dos educadores ambientais.

Os referidos autores vão citar também alguns beneficiários desses agentes, como, por exemplo, os “[...] sujeitos da Educação [...] através de processos de ensino-aprendizagem, formais ou não formais” (CARVALHO, 2004, p. 21); ou Loureiro (2012) que cita os pescadores e os grupos organizados. Contudo, esses estudiosos não vão fazer referência explícita e considerável à infância nesses trabalhos, embora Loureiro (2012) faça três citações, não aprofundadas, à situação das crianças pelo mundo (p. 21, 27 e 48).

Obviamente, as crianças fazem parte da sociedade e podem estar, no entender de alguns, indiretamente citadas quando são enunciados, por exemplo, os movimentos sociais, as populações tradicionais ou até a comunidade escolar. Porém, o fato é que um estudo mais aprofundado sobre as crianças e a educação ambiental, ainda que as crianças representem quase 31% da população brasileira¹⁴ e logicamente também estejam presentes em diversos ambientes, mostra-se escasso ou ainda, se quisermos entender por outro ângulo, como um vasto campo a ser aprofundado e consolidado.

Considerações finais

Diante do exposto e por acreditarmos na viabilidade do tema, compreendemos a necessidade de estudos e pesquisas que se voltem para o en-

treliamento da educao ambiental e temas como criança(s), infância(s), justiça ambiental e sociologia da infância.

Com base nisso, estamos desenvolvendo uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduao em Educao Ambiental – PPGEA, da FURG (2012-2013), como colocamos no início deste trabalho, e pretendemos, portanto, localizar as produoes existentes no referido programa, a partir de dissertaoes e teses (desde o ano 1997 e 2008, respectivamente)¹⁵ com o intuito de buscarmos compreender a quantidade e o conteúdo da literatura existente em se tratando dos temas que estamos trabalhando.

Algumas questões do nosso projeto de pesquisa de mestrado sobre as crianças são: Como estes sujeitos aparecem nos trabalhos sobre Educao Ambiental que se propõem a trabalhar com o universo infantil? Que perspectiva estes pesquisadores usam para identific-las? Há um esclarecimento sobre as diferentes condioes sociais ou as crianças são tratadas como um grupo homogêneo? E quanto aos trabalhos em EA: Os autores fazem referência às crianças em seus escritos ou restringem-se a outros grupos geracionais? Quando os infantes aparecem, os pesquisadores levam em conta a importância da participao desses sujeitos ou estão sempre se referindo às decisões e constataoes dos grupos de adultos com os quais as crianças convivem (professores, pais, comunidade...)? (MAIA, 2012).

O Programa de Pós-Graduao em Educao Ambiental (PPGEA) da FURG  o único do país a oferecer ps-graduao a título de Mestrado e Doutorado na área da Educao Ambiental, sendo referência para pesquisadores e pesquisadoras de todo o país.

O PPGEA tem ainda, nos seus ingressos, a formao de variados cursos, isto quer dizer, os mesmos são advindos das mais diferentes áreas do conhecimento, inclusive de áreas que têm entre suas especificidades o estudo também sobre crianças e infância, como  o caso específico da Pedagogia. Assim, cabe identificarmos como a construo desse campo tem sido feita e como os pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam a trabalhar as temáticas crianças/infância têm percorrido sobre esses temas, considerando as discussões globais e o debate no cenário mais amplo.

Assim, finalizamos reafirmando o nosso entendimento quanto  importância de se estudar a situao das crianças junto a elas. Crianças essas concretas, contextualizadas e pertencentes a um espaço, um lugar específico. Desse modo, lembramos que, no nosso entendimento, esses sujeitos têm suas importâncias já no momento atual, pois só na atualidade serão parte concreta da infância e, portanto, fundamentais também na discussão e construo do tema.

Esperamos por fim, poder colaborar com o campo da Educação Ambiental, bem como com os estudos sobre as crianças e as infâncias e em especial as crianças que vivenciam os reflexos das injustiças ambientais dispostas nas cidades e no mundo.

Notas

- 1 Alguns exemplos: “Cidades amigas das Crianças” – UNICEF, lançado em 1996 na Conferência Mundial da ONU, em Istambul; “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” – ODM – UNICEF, 2000; “Movimento Infância livre de consumismo: <<http://infanciavivredeconsumismo.com/>>; Rede nacional primeira infância: <<http://primeirainfancia.org.br/>>.
- 2 Sites dos referidos programas: <<http://www.fundabrinq.org.br/quemsomos.php>>; <<http://br.guiainfantil.com/meio-ambiente/411-a-crianca-e-o-futuro-do-nosso-planeta.html>>; <<http://institutonatura.org.br/projetos/trilhas>>; <<http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca>>; <<http://www.projetocriancafelizbrasil.com.br/home.htm>>.
- 3 Alguns exemplos: Blog da Gisele Bündchen: <<http://blog.giselebundchen.com.br/planeta/educacao-ambiental-para-criancas/>>; Comercial de suco direcionado para o público infantil: “A gente tem que fechar a torneira pra a água não acabar, se todo mundo fizer o que é certo, não vai faltar...” <<http://letras.mus.br/tang/1718578/>>; “Danoninho para plantar”: <<http://www.danoninho.com.br/reflorestamento/>>; “Sustentabilidade infantil: como marcas veem os consumidores do futuro”: <<http://www.mundodomarketing.com.br/reportagens/comportamento-do-consumidor/22394/sustentabilidade-infantil-como-marcas-veem-os-consumidores-do-futuro.html>>.
- 4 “Pano de fundo” que também é construído pelos discursos e também em disputa seja pela definição de seu conteúdo bem como pela apropriação do mesmo enquanto materialidade.
- 5 Como também, acrescentamos, é desigual a apropriação da riqueza ou dos bens produzidos decorrentes destes “danos ambientais” referidos na citação.
- 6 Maiores informações sobre o observatório: <http://observatoriodosconflitosrs.blogspot.com.br/>.
- 7 Trabalho orientado pelo professor Dr. Carlos Machado. Ano 2012-2013. Mais adiante discorreremos mais sobre o referido trabalho.
- 8 Frases veiculadas junto a personagens dos desenhos animados, em uma série intitulada “Movimento Cartoon se move pelo planeta com a UNICEF”. Vídeos: <<http://www.youtube.com/playlist?list=PLDgm57uVLW4aR3meWCHFrJQn9K2vhBuA>>.
- 9 No site <www.edcities.bcn.es>, podem-se encontrar nomes e informações de outras cidades que compartilham da mesma proposta.
- 10 Walter Benjamin (1984) diz que é comum a todas as crianças a brincadeira, a imaginação, a fantasia e a criação.
- 11 Mostra intitulada “A Educação ambiental a partir das crianças: Imagens, lugares e proposições”, exposta no V Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul (V CPEASul) e do IV Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental (IV EDEA), em Rio Grande, de 25 a 28 de outubro de 2012.
- 12 Diríamos, portanto, que há uma dupla exclusão ao pensarmos estes sujeitos enquanto crianças (visto toda a discussão que vemos fazendo de suas constituições) e também porque aqui nos referimos às crianças desfavorecidas economicamente, somando então, nesse caso, a questão geracional à de classe.
- 13 Entrevista disponível em: <http://www.revistapatio.com.br/sumario_conteudo.aspx?id=759>.
- 14 Segundo estimativa do IBGE, 2011, disponível no site: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_do_Brasil>, somos 194 milhões de pessoas e de acordo com o site <<http://www>>.

- unicefkids.org.br/pag_texto.php?pid=5>, o número de crianças é de 60 milhões; logo, quase 31% da população (destes, ainda, 30 milhões vivem na pobreza, complementa a publicação).
- ¹⁵ A pesquisa pelas produções já foi iniciada através do site do Programa, mas pretendemos, tendo em vista a totalidade do trabalho, complementá-la com uma lista obtida na Secretaria do Curso, onde estão disponibilizados todos os escritos desenvolvidos no PPGEA e teremos mais alguns anos para concluirmos a referida pesquisa.

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a Sociologia da infância. In: FARIA, Ana L. G. de; FINCO, Daniela (Org.). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011. (Polêmicas do nosso tempo, 102).
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- A CRIANÇA e o futuro do nosso planeta. Disponível em: <<http://br.guiainfantil.com/meio-ambiente/411-a-crianca-e-o-futuro-do-nosso-planeta.html>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- BENJAMIN, Walter. *A criança, o brinquedo e a educação*. Trad. Marcos Vinicius Mazzari. Sao Paulo, Summus, 1984,
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARTOON de olho no futuro. *Revista ISTOÉ negócios*, 4 out. 2010. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/36117_CARTOON+DE+OLHO+NO+FUTURO>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- CARVALHO, Isabel Cristina M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13-24.
- CARVALHO, Isabel Cristina M. *Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico*. São Paulo: Cortez, 2011.
- CORSARO, William. A reprodução interpretativa no brincar ao “faz de conta” das crianças. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 17, p. 113-134, 2002.
- _____. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a08v2691.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- DELGADO, Ana Cristina Coll. Uma etnografia com crianças: grupos geracionais e manifestações culturais das crianças. In: REDIN, Euclides; MÜLLER, Fernanda;

REDIN, Marita Martins. *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 107-125.

_____; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da infância: Pesquisa com crianças. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago. 2005.

DOMINGUES, Suzane Carvalho. *Ambientes de Lazer no Bairro Castelo Branco: O que dizem as crianças?* 2009. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/2222>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

ESTÁ em nossas mãos. *Revista ISTOÉ independente*, 22jun. 2012. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/216391_ESTA+EM+NOSSAS+MAOS>. Acesso em: 12 dez. 2012.

FARIA, Ana Lúcia G.; DEMARTINI, Zeila B. F.; PRADO, Patrícia (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

FUNDAÇÃO Abrinq. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

INSTITUTO NATURA. *Projetos trilhas*. Disponível em: <<http://institutonatura.org.br/projetos/trilhas/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84.

_____. Sustentabilidade e educação – um olhar de ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012. MACHADO, Carlos R. S. *A educação no extremo sul do Brasil: contribuições ao estudo e à pesquisa da (in) sustentabilidade da qualidade e da democracia nas políticas educacionais*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

_____. *Os conflitos urbanos e socioecológicos no extremo sul do Brasil: discursos, atores e contextos (in) sustentáveis (Proposta de pesquisa 2012-2014)*. Rio Grande: [s.n.], 2012.

MAIA, Vânia R. Pascoal. *A Educação ambiental a partir das crianças: Imagens, lugares e proposições*. Mostra exposta no V Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul (V CPEASul) e do IV Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental (IV EDEA), em Rio Grande, de 25 a 28 de outubro de 2012a. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=TEI57JoQq0M>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. *Pesquisas junto às crianças: a etnografia como possibilidade no trabalho*. 2012b. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/pesquisas-junto-as-criancas-a-etnografia-como-possibilidade-no-trabalho/104418/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Unicef, set. 2000. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm>. Acesso em: 12 jan. 2013.

PROJETO Criança Esperança. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PROJETO Criança Feliz. Disponível em: <<http://www.projetocriancafelizbrasil.com.br/home.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

REDIN, Euclides; DIDONET, Vital. Uma cidade que acolha as crianças: políticas públicas na perspectiva da infância. In: REDIN, Euclides; MÜLLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins. *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos R. S. Conflitos e injustiça ambiental em Rio Grande/RS: mapeamento do ano de 2011. In: III Encontro Internacional de Ciências Sociais. *Crise e emergência de dinâmicas sociais*. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2012. v. 1. p. 1-14.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 7-32, mar. 2001.

TOMÁS, Catarina Almeida. “AS CRIANÇAS COMO PRISIONEIRAS DO SEU TEMPO-ESPAÇO. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global”. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.1, pp.41-55, Jan/Jun 2006.

TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália. Participação e Acção Pedagógica: a Valorização da Competência e Acção Social das Crianças. In: X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, 10., 2009, Braga. *Actas...* Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 2529-2541. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/Xcongreso/pdfs/t6/t6c184.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil*. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

Recebido em 13 dez.2015 / Aprovado em 03 mai.2016

Para referenciar este texto:

MAIA, V. R. P.; MACHADO, C. R. S. As crianças e a educação ambiental: discursos sobre “gerações do futuro” e apontamentos sobre uma possível contribuição na área. *EccoS*, São Paulo, n. 40, p. 163-185. maio/ago. 2016.

